

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.459.609 - SP (2019/0057493-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : REGINA HELENA DA SILVA  
**ADVOGADOS** : JAMILE ABDEL LATIF E OUTRO(S) - SP160139  
EDER ALMEIDA DE SOUSA - SP286976D  
BETÂNIA MARQUES DE OLIVEIRA - SP332114D  
**AGRAVADO** : CAMARGO NEVES ADVOGADOS  
**ADVOGADOS** : PATRIK CAMARGO NEVES E OUTRO(S) - SP156541  
SERGIO SELEGHINI JUNIOR - SP144709

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB. INVIABILIDADE. PRECEDENTE. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

REGINA HELENA DA SILVA (REGINA) ajuizou embargos à execução contra CAMARGO NEVES ADVOGADOS (CAMARGO ADVOGADOS).

O juízo de primeiro grau julgou improcedentes os embargos à execução. Condenou a embargante ao pagamento das custas e das despesas processuais, além dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor do crédito executado.

REGINA interpôs apelação e a Corte de origem negou-lhe provimento. Majorou os honorários advocatícios em 11%.

O acórdão ficou assim ementado:

*Apelação cível. Contrato de prestação de serviços advocatícios. Embargos à execução declarados improcedentes. Título executivo extrajudicial representativo de obrigação líquida, certa e exigível, e assim por incontroversa e sem vícios a contratação, bem como a prestação dos serviços. Avença que encerra obrigação de meio - e não de resultado. Agitação de má prestação do serviço a não comprometer a obrigação de pagamento. Sentença preservada. Recurso improvido, com majoração da verba honorária sucumbencial (e-STJ, fl.417).*

Irresignado, REGINA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando violação do art. 12 do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (e-STJ, fl.s 425/430).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre (e-STJ, fl. 442). Dessa decisão, REGINA interpôs o presente agravo em recurso

especial (e-STJ, fls. 445/448).

O recurso foi distribuído à Presidência desta Corte e nos termos do art.1.007, §7º, do NCPC, foi determinada a intimação da parte recorrente para regularizar o recolhimento do preparo no prazo de 5 dias (e-STJ, fl. 459).

A decisão foi cumprida. Posteriormente, o feito foi distribuído a minha relatoria (e-STJ, fls.461/464, 467e 471).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da alegação de violação ao dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB

Não é possível a apreciação de recurso especial fundamentado na violação do Código de Ética e Disciplina da OAB, por não se enquadrar no conceito de lei federal previsto no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal" (REsp n. 1.155.200/DF, Relator o Ministro Massami Uyeda, Relatora p/ Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 22/2/2011, DJe 2/3/2011).

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC e art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo e **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

**MAJORO** em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de REGINA, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

